PÚBLICO
23.4.99

Conselho de Ministros extingue Projecto Vida

Consumir droga pode deixar de ser crime

FERNANDO VELUDO

A descriminalização da droga é um bom princípio, mas não resolve todos os problemas

A ESTRATÉGIA Nacional de Luta Contra a Droga, um documento aprovado ontem em Conselho de Ministros, propõe a descriminalização do consumo de drogas, mas rejeita a sua liberalização ou legalização, e extingue o Projecto Vida. A estratégia proposta por José Sócrates, ministro-adjunto do primeiro-ministro, significa que os "simples consumidores" deixam de ser considerados "criminosos e sujeitos a penas de prisão e multa". Todavia, "o consumo de drogas permanece ilegal e fica sujeito a sanções administrativas, as quais poderão ser substituídas pelo tratamento voluntário dos toxicodependentes, conforme o que para cada caso for decidido por órgãos administrativos em processo de contra-ordenação", segundo um comunicado do gabinete de José Sócrates.

Essas sanções administrativas, ou seja, a substituição da prisão por coimas ou pelo tratamento, são fixadas segundo a "perigosidade inerente às diferentes drogas". A aplicação da descriminalização do consumo, semelhante ao quadro legal que vigora em países como a Itália e a Espanha, implica a elaboração de uma proposta de lei que o Governo enviará à Assembleia da República.

Pena dos Reis, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, afirma que, aparentemente, esta medida é "uma substituição da criminalização do consumo por uma contra-ordenação". Uma mudança que surge na sequência da jurisprudência que os tribunais têm praticado, mediante a aplicação de penas simbólicas, diz. Para Antero Luís, secretário-geral da Associação Sindical dos Juízes, a proposta é um "bom princípio para rever toda a estratégia de combate à droga".

A resolução ontem aprovada implica também a extinção do Projecto Vida, tal como tinha defendido a Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga, e a sua substituição pelo Instituto de Prevenção da Droga e da Toxicodependencia (IPDT), o novo organismo responsável pela prevenção primária, que concentrará meios até aqui dispersos. A aplicação deste plano estratégico, segundo as contas do gabinete de Sócrates, estabelece a duplicação, em quatro anos, das verbas afectas à prevenção, investigação, formação, tratamento e reinserção de toxicodependentes e ao programa de prevenção em prisões. Um programa articulado entre os Ministérios da Justiça e da Saúde e que inclui a possibilidade de administração de metadona nas cadeias.

Segundo os dados da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, no final de 1998, existiam 3757 reclusos condenados por crimes relacionados com droga, dos quais 49 por consumo, e 1756 presos preventivos pelas mesmas razões, 47 dos quais detidos por consumo. ■

Amílcar Correia

Luta contra a droga em discussão em Sintra

IPDT elabora plano de acção nacional

Paula Torres de Carvalho

O Instituto Português da Droga e da Toxicodependência está a elaborar um Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga, que será conhecido até ao final do ano. Vitalino Canas, por seu turno, reconheceu, ontem, em Sintra, que os problemas associados à heroína atingiram um ponto crítico.

Um Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga vai ser apresentado até ao final deste ano pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT), conforme resolução do Conselho de Ministros do passado mês de Agosto, disse ao PÚBLICO Elza Pais, presidente deste organismo.

Este plano, a desenvolver no prazo de quatro anos (até 2004), tem como principal objectivo a coordenação das políticas em matéria de droga e procurará "articular as diferentes acções dos ministérios envolvidos nesta área", esclareceu a responsável do IPDT. Elza Pais era uma das participantes na Conferência Ministerial do Grupo Pompidou do Conselho da Europa sobre a redução de riscos na luta contra a droga que começou, ontem, em Sintra, onde também esteve presente Jorge Sampaio, Presidente da República.

Paralelamente à preparação deste plano de acção, estão já a ser estudadas as condições para criar uma rede nacional de prevenção primária da toxicodependência com a colaboração das autarquias, adiantou Elza Pais, referindo que a investigação no campo da droga constitui outra das principais prioridades do Instituto, bem como a formação e a cooperação internacional.

Redução de riscos é prioritária

A redução de riscos enquanto componente de uma estratégia integrada e multidisciplinar na luta contra as drogas na Europa foi o principal tema sobre o qual incidiram os trabalhos desenvolvidos ontem na Conferência de Sintra. Em Portugal, a percentagem de toxicodependentes seropositivos é, hoje, "uma das mais elevadas na Europa", como salientou no seu discurso de abertura o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, que preside ao encontro. Referindo que os problemas associados à dependência de heroína "estarão, provavelmente, a atingir o seu ponto mais crítico em Portugal", Canas destacou os que se relacionam com a propagação das doenças infecto-contagiosas e com a insegurança social.

Estes são alguns dos motivos apresentados para justificar a disponibilidade do Governo para estudar "iniciativas inovatórias de alguns países" com vista à redução de riscos associados ao consumo de drogas. "Não se exclui a possibilidade de o Governo apoiar, pelo menos a título experimental, programas inspirados nessas iniciativas", disse Vitalino Canas, destacando o exemplo das chamadas salas de injecção assistidas (em que os toxicodependes se podem injectar, contando com o apoio de médicos e enfermeiros) semelhantes às que já existem na Alemanha, Espanha ou Holanda. Aquele responsável ministerial referiu ainda a aplicação de programas de substituição de seringas em meio prisional (ver caixa) e as acções de análise de certas drogas (sobretudo o "ecstasy" e outras drogas sintéticas) a pedido dos seus portadores, a fim de verificar a sua composição e aconselhar os eventuais consumidores.

No entanto, Vitalino Canas disse ao PÚBLICO que esta disponibilidade em avaliar novas experiências nesta área não significa que o Governo tenha abandonado a política proibicionista. "O discurso do Governo continua a ser proibicionista. Não podemos é fechar os olhos à realidade". A Conferência do Grupo Pompidou termina hoje com a aprovação de uma declaração política. ■

'AGARRA A VIDA' CONTRA ÁLCOOL E HAXIXE

Ecstasy também visado

A campanha de prevenção 'Agarra a Vida' dirigida contra o consumo de álcool, haxixe e ecstasy foi ontem à noite lançada em vários distritos do País, junto de espaços de diversão nocturna.

Com a colaboração de equipas de rua, a campanha consiste em informar, especialmente os jovens, sobre os perigos da utilização das três referidas substâncias e na disponibilização de meios de redução de riscos, como testes de alcoolemia e preservativos.

Depois de ter sido lançada quinta-feira nos distritos de Bragança, Castelo Branco e Portalegre, ontem foi a vez de Aveiro, Beja, Braga Coimbra, Évora, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Setúbal, Viseu e Vila Real. Nos distritos de Faro, Santarém e Viana do Castelo só hoje à noite terá lugar a iniciativa.

Organizada pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT), a campanha conta com o apoio do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) e da Comissão Nacional de Luta contra a Sida (CNLS). Na iniciativa de Lisboa estiveram presentes os presidentes do IPDT, Elza Pais, e do SPTT, João Goulão.

Drogas mais consumidas

Em declarações ao **Correio da Manhã**, o organizador da campanha, Fernando Mendes, vogal do IPDT, explicou que esta surge na sequência de uma outra campanha lançada em Maio, nos espaços de diversão nocturna. "A diferença é que desta vez as equipas estão mais fixas e a mensagem é dirigida ao haxixe, ecstasy e álcool em vez das drogas em geral como em Maio", referiu.

A escolha destas três drogas é justificada por aquele responsável na medida em que "todos os dados indicam que estas sejam as substâncias mais consumidas na noite, de forma recreativa e não só". Quanto a campanhas do género direccionadas para drogas específicas, alertando, por exemplo, para os riscos da cocaína ou heroína como drogas mais perigosas, Fernando Mendes disse ao **CM** que essa é uma questão "ainda em estudo".

Igualmente contactado pelo **CM**, o presidente do SPTT ressalvou ser esta uma iniciativa do IPDT, "seguindo a sua própria linha", mas admitiu que "pode ter alguma utilidade no alerta contra os consumos recreativos em meio de festa" desde que haja uma perspectiva de "continuidade".

De resto, considerou ser já um passo positivo o facto de ser cumprida a Estratégia Nacional de Luta contra a Droga no que diz respeito às mensagens diferenciadas para as várias drogas. Isto porque, defendeu, "não faz sentido, nem é eficaz, falar de drogas em geral, mas sim alertar para os diferentes perigos de cada uma delas".

Rui Chaves

A campanha de prevenção ontem lançada pretende alertar contra os riscos do consumo de álcool, haxixe e ecstasy e é especialmente dirigida aos jovens frequentadores de espaços de diversão nocturna